



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

COMARCA DE IBAITI

VARA CRIMINAL DE IBAITI - PROJUDI

Rua Olavo Ribeiro da Silva, s/n - Praça dos Tres Poderes - Centro - Ibaíti/PR - CEP: 84.900-000 - Fone: (43)3572-8220 -

E-mail: iba-2vj-s@tjpr.jus.br

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

**DESTINATÁRIO(A)(S): RENATO DIAS DE SOUSA**

**PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O(A) Juiz(iza) de Direito Fernanda Orsomarzo, da Vara Criminal de Ibaíti, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça, sob nº 0002554-52.2016.8.16.0089, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO, réu(s) RENATO DIAS DE SOUSA, e vítima LORENA DE MELO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido RENATO DIAS DE SOUSA, brasileiro(a), portador(a) do RG 131862270, CPF 095.803.389-73, nascido(a) em 22/01/1994, natural de BOTUCATU/SP, , motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que **solicite à Secretaria os boletos e guias para pagamento das custas processuais e da pena de multa**. Para obtenção desses, deverá ser **solicitado encaminhamento por qualquer meio eletrônico idôneo ou retirados junto ao endereço da Secretaria**. Adverte-se que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021-TJPR, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do(a) apenado(a), a secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga. Ainda, adverte-se que: **a)** não cumprida a intimação, o vencimento para pagamento das custas e da multa será de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão do boleto/guia; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; **d)** expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo(a) devedor(a) no portal do TJPR; **e)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa; **f)** após a expedição da certidão de dívida ativa da pena de multa, anteriormente ao ajuizamento da execução da pena de multa, o(a) apenado(a) poderá pagar a dívida de multa por meio de depósito judicial vinculado aos autos da ação penal. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.

Eu, Erika Sotta, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

***Datado e assinado digitalmente***

***Fernanda Orsomarzo***

***Juíza de Direito***

**OBSERVAÇÃO:** O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico <https://portal.tjpr.jus.br/projudi>.

